



A ILUSÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PEQUENA CIDADE DE AFUÁ, NO DELTA DO RIO AMAZONAS - DO SONHO AO PESADELO

RANGEL, Jobair Assis¹; COSTA, Sandra Maria Fonseca da²

RESUMO

A habitação é um direito social, que possibilita aos cidadãos inserirem-se de forma ativa no meio social em que vivem. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, pelo Governo Federal, objetiva o combate ao déficit habitacional, para proporcionar inclusão social. Efetivo, em vários aspectos, o Programa tem sido alvo de discussões e questionamentos, como o que foi observado na cidade de Afuá. Neste aspecto, este artigo apresenta uma análise do PMCMV no urbano do município de Afuá, localizado no estado do Pará, e das condições enfrentadas pelas famílias contempladas pelo programa, que as levou do sonho ao pesadelo. A metodologia adotada consistiu em levantamento de dados sobre o processo de aprovação do empreendimento e seleção das famílias contempladas, em órgãos públicos municipais; revisão teórica sobre habitação e as políticas públicas destinadas ao combate do déficit habitacional nacional e regional em órgãos governamentais, e entrevistas com as famílias contempladas pelo Programa. Essas famílias, entretanto, não receberam suas novas moradias, se comprometeram, com a empresa selecionada com a construção, em derrubar as suas casas para que uma nova moradia fosse edificada e estão, ainda hoje, esperando a construção. A política habitacional do PMCMV, na cidade de Afuá não promoveu inclusão social e tampouco o direito à cidade. Essa política habitacional federal favoreceu a reprodução de espaços de segregação e vulnerabilidade socioespacial.

Palavras-chave: Pequena cidade; Habitação; Minha Casa Minha Vida; Segregação.

THE ILLUSION OF THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM TO THE SMALL CITY OF AFUÁ, IN THE AMAZON RIVER DELTA - FROM DREAM TO NIGHTMARE

ABSTRACT

Housing is a social right, which allows citizens to become actively involved in the social environment in which they live. The Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), created in 2009 by the Federal Government, aims to reduce the housing deficit. Efficient, in many aspects, the Program has been the subject of discussions and inquiries, such as what was observed in the city of Afuá. In this regard, this article presents an analysis of the PMCMV in the urban area of the municipality of Afuá, located in the state of Pará, and of the circumstances faced by the families contemplated by the program, which led them from dream to nightmare. The methodology adopted consisted of collecting data on the project's approval process and selection of the contemplated families, in municipal public agencies; theoretical review on housing and public policies about housing deficit, and interviews with the families covered by the Program. These families, however, did not receive their new homes, they committed themselves, with the selected

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional Formação/ Professor e Pesquisador Univap. Email: jobairrangel@terra.com.br.
dade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, Brasil. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2255-9812>.

² Doutora em Engenharia dos Transportes/ Professora e Pesquisadora. Email: sandra@univap.br. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0540-228X>.

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

company with the construction, to demolish their houses so that a new house could be built and are, still today, waiting for the construction. The PMCMV housing policy in the city of Afuá did not promote social inclusion or the right to the city. This federal housing policy favored the reproduction of spaces of segregation and socio-spatial vulnerability.

Keywords: Small town; Housing; Minha Casa Minha Vida; Segregation.

1. INTRODUÇÃO

A Habitação constitui um direito fundamental a todo o cidadão, independentemente da sua cor, raça ou religião. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) assegura que todos têm o direito a um padrão de vida adequado para sua saúde e bem-estar de sua família. A Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988), em seu artigo 6º, menciona que a moradia, entre outros aspectos, é um direito social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) menciona que a problemática habitacional não se trata de um problema social exclusivamente brasileiro, mas sim de caráter mundial. A questão habitacional encontra-se inserida nas ações da ONU, desde a década de 1970. Inúmeras convenções foram, e ainda têm sido desenvolvidas, objetivando promover ideias, acordos, e ações que consigam permitir acesso à moradia na escala global.

Para Lima (2011), a habitação possibilita às pessoas e aos grupos sociais desenvolverem suas capacidades, realizarem escolhas e inserirem-se de forma ativa no meio social em que vivem. Assim, o direito à moradia tem como componentes essenciais a disponibilidade de serviços, infraestrutura e acessibilidade. Nesse caso, refere-se à implementação de políticas habitacionais que atendam às necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis e que há muito tempo lutam para ter os seus direitos básicos garantidos.

Para Maricato (1997), a casa não é uma simples “ilha na cidade”, ela deve ser considerada também como a ponte que permite a interação entre as pessoas. Para tanto, ela precisa estar associada também aos serviços de infraestrutura e serviços urbanos que são fundamentais. A moradia não pode ser vista meramente do ponto de vista quantitativo, ela também precisa ser vista de maneira qualitativa.

Independentemente do tamanho de uma cidade, a moradia própria e estruturada representa não só um bem material, mas também social. Possuir uma casa significa a sobrevivência dos cidadãos, mesmo no caso daquelas famílias que não possuem renda suficiente para a manutenção de sua família, como é o caso de uma grande parcela da população brasileira.

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Em 2015, o déficit habitacional correspondia a 6,355 milhões de domicílios distribuídos por todos os Estados da federação. Desse montante, 5, 572 milhões, ou 87% estão localizados nas áreas urbanas. Do total do déficit habitacional, em 2015, 39% localizava-se na região Sudeste, o que representava 2,482 milhões de unidades habitacionais (Fundação João Pinheiro, 2015, p.31)

Diante da narrativa apresentada, o Estado, como instância política-administrativa responsável pelo planejamento do território, pelos investimentos e pela implementação das políticas públicas, tem como uma de suas funções a promoção do bem-estar da vida urbana e da vida rural (LIMA, 2011, p.11).

A falta de moradias tem atingido inúmeros municípios brasileiros (Fundação João Pinheiro, 2015) e essa problemática não deve ser pensada como exclusiva das grandes cidades e regiões metropolitanas. Atualmente, observa-se, nas médias e nas pequenas cidades brasileiras, indicadores do déficit habitacional preocupantes, que necessitam de ações precisas que consigam amortizar o problema do não acesso à moradia.

As primeiras ações do Estado brasileiro na promoção de políticas públicas habitacionais se deram a partir dos anos 1940, com o surgimento da Fundação da Casa Popular. Nos anos 1960, com a Fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a construção de moradia ganhou forte impulso, mas esse modelo apresentou sintomas de esgotamento, na década de 1980. Desde 2009, após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, a questão habitacional no Brasil voltou a ser colocada como uma das prioridades do Governo Federal, destinando recursos via Caixa Econômica Federal para os municípios que necessitavam direcionar ações para o combate do déficit habitacional.

Segundo os dados do Ministério das Cidades (BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018), foram contratadas 5,5 milhões de unidades habitacionais, com, aproximadamente, 3,8 milhões de unidades habitacionais entregues. Apesar dos avanços, o PMCMV não conseguiu, até o momento, conter o aumento do déficit habitacional, no Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Depois de mais de uma década atuando no setor habitacional, a macropolítica do governo federal enfrentou severas críticas no que se refere a localização dos empreendimentos habitacionais. Alguns autores (AMORE ET AL., 2015; MARICATO, 2009; BONDUKI, 2009; ARANTES & FIX, 2009; ROLNIK, 2015; RUFINO, 2015) apontam impactos da produção dos empreendimentos do PMCMV, principalmente relacionados à localização, em que o direito à cidade não é garantido, pois a acessibilidade à infraestrutura e aos serviços é inexistente ou precária.

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Outros aspectos negativos são apontados em seus estudos, a exemplo da baixa qualidade dos materiais utilizados na construção das casas, obras inacabadas por todo os Estados da Federação e o abandono das obras por parte das construtoras contratadas pelo programa.

Considerando essas discussões, esse artigo tem como objetivo apresentar os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida no urbano do município de Afuá, localizado no estado do Pará, as condições enfrentadas pelas famílias contempladas pelo programa, visto que a empresa responsável pelas obras abandonou o projeto de edificação das casas, mandou demolir as residências de alguns contemplados, o que gerou as ações pelo ministério público local, em relação à situação das famílias que depositaram no programa a esperança de obter um dia uma casa nova e ainda perderam aquilo que possuíam.

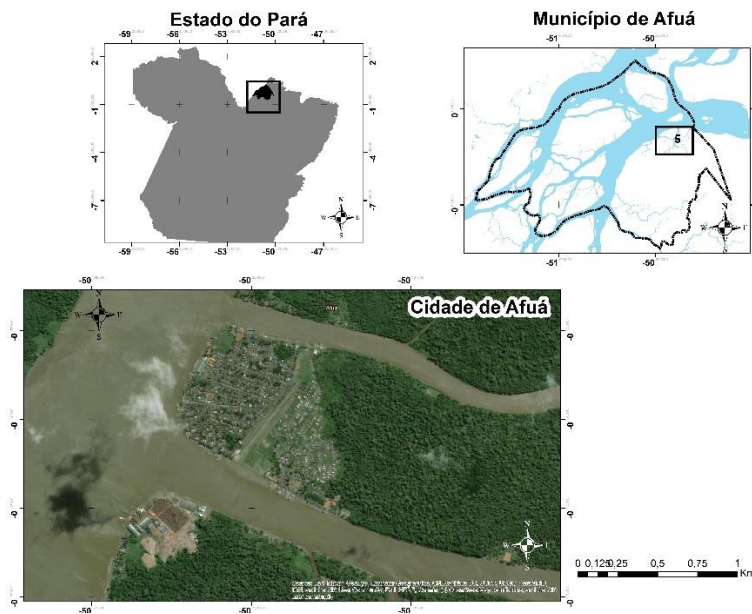
2. A ÁREA DE ESTUDO – A CIDADE DE AFUÁ, PA

O município de Afuá (Figura 1) está situado na extremidade norte ocidental da Ilha de Marajó. Por ser uma localidade apropriada para um porto, e ponto de paragem de trânsito do estuário amazônico, em 1869, existia ao redor do sítio, um núcleo populacional formado por diversas barracas (IBGE, 2018). A vila, fundada em 1845, foi elevada à condição de cidade em 1890. Afuá é uma pequena cidade do Delta do Amazonas e possui 9478 moradores, o que corresponde a 27% da população total, segundo dados do censo de 2010 (IBGE, 2018). É uma cidade sobre estivas, onde é proibido a circulação de veículos automotores.

De acordo com o IBGE (2021), a receita anual do município era, em 2017, em torno de R\$ 83,5 milhões. Como muitos municípios do País, Afuá é fortemente dependente dos repasses da União, em função de sua economia girar em torno dos recursos da floresta, tais como pesca, açaí e exploração madeireira, empresa que garante, e, conjunto com o Poder Público local, a maior parte dos empregos formais. Dados do IBGE (2021) mostram que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município, 0,489, é um dos piores do estado do Pará. Segundo o MPPA (2021), 72,4% da população encontra-se abaixo da linha da pobreza e 55,3% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo. Esses indicadores nos permitem compreender o quanto carente é essa população e a importância do PMCMV para os seus moradores.

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Figura 1 – Localização da cidade de Afuá



Fonte: Elaborado pelos Autores (2020), a partir de dados do IBGE (2020).

3. MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida teve um caráter quali-quantitativo, Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em visitas aos órgãos públicos municipais, a fim de obter dados acerca do processo de aprovação e seleção das famílias contemplados pelo Programa MCMV; efetuou-se levantamentos teóricos sobre habitação e as políticas públicas governamentais destinadas ao combate do déficit habitacional nacional e regional em órgãos governamentais, como o IBGE, Secretarias dos Estados e Municípios, além dos disponibilizados pelo Ministério das Cidades.

Realizou-se visitas à cidade, no período de 2016 a 2019, que possibilitaram a obtenção de registros fotográficos, com a finalidade de conhecer as áreas que foram destinadas para à construção das moradias de interesse social no município de Afuá. As entrevistas realizadas com os representantes do Poder Público Local e os formulários de pesquisas aplicados às famílias contempladas pelo MCMV foram aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Paraíba, processo nº 69815317.8.0000.5503 /2017. As entrevistas buscavam compreender as ações do poder público em relação à situação dos moradores e do PMCMV. Os formulários foram aplicados às famílias que demoliram suas residências, a pedido da empresa que iria conduzir a

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

construção das casas do Programa, considerando que essas famílias tiveram suas vidas desestruturadas em função da demolição.

Nos formulários, foram levantadas informações sobre composição da família, faixa etária, composição da renda média familiar, atividade desempenhada pelo chefe da família e cônjuge, origem do chefe de família, levantamento do processo de demolição das casas e relação das famílias com o poder público e com a empresa, durante o processo.

Foram utilizadas imagens do Google Earth® para localização da cidade de Afuá com o objetivo de apresentar o local onde as casas do Programa Minha Casa Minha Vida seriam construídas e o local onde residem essas famílias.

4. O PROGRAMA NO URBANO DE AFUÁ: HISTÓRICO E A “QUASE” IMPLANTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Afuá, PA submeteu ao Ministério das Cidades um projeto via Programa Minha Casa Minha Vida- solicitando a construção de 50 unidades habitacionais no ano de 2012. O projeto foi aprovado pelo órgão federal e a assinatura do convênio entre a empresa vencedora da licitação e a Caixa Econômica Federal aconteceu em 04 de janeiro de 2013. A aprovação do projeto significou a primeira ação do poder público local no combate ao déficit habitacional local, pois até então, o município não havia angariado recursos próprios destinados para o setor habitacional.

A empresa responsável pelas obras no município chama-se WR LTDA-EPP, e sua sede está localizada na cidade de Belém, PA. O valor aprovado para a construção das casas foi de R\$ 1.250.000,00 que seriam repassados para a construtora, por etapas via CEF (Brasil. Ministério das Cidades, 2018). A empresa WR LTDA-EPP possui outros empreendimentos construídos em outras cidades do Estado do Pará e venceu a licitação para a construção das casas no município de Afuá.

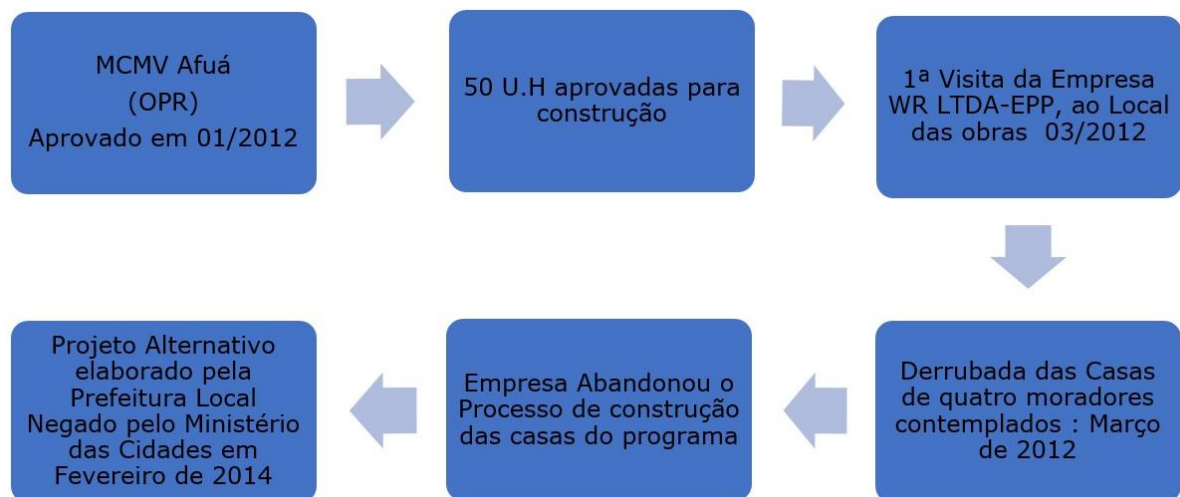
A construtora recebeu o valor de vinte e cinco mil reais para a construção de cada casa, mais seis mil reais de cheque-moradia para que as casas pudessem ser construídas no município de Afuá. Na Figura 2 é possível observar o mapeamento do processo de proposição da construção de casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida para a cidade.

As 50 famílias que foram contempladas pela Secretaria de Assistência Social de Afuá,

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. *A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.*

moravam no Bairro Capim Marinho e teriam suas casas construídas no formato pulverizado, ou seja, construídas no próprio terreno das famílias, dispersas pela cidade. O Bairro Capim Marinho é um bairro muito precário e com inúmeras deficiências em termos de infraestrutura e saneamento básico. Trata-se de uma área que foi invadida por famílias que vieram do interior do município e de outras cidades do Estado do Pará e do Amapá.

Figura 2 – Processo do PMCMV-OPR em Afuá.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir de março de 2014, inúmeras reuniões foram realizadas entre as famílias contempladas e a Secretaria de Assistência Social objetivando oferecer palestras e oficinas voltadas para educação ambiental, cuidados em saúde, incentivo a reciclagem, e cuidados diários sobre higiene pessoal e cidadania.

Ao serem selecionadas para receber as casas do programa MCMV, as famílias contempladas tiveram ciência de que as novas moradias seriam construídas no mesmo terreno de suas casas, porém para que isso fosse possível, deveriam derrubar suas casas e na sequência limpar o terreno, para que a construtora pudesse edificar ali novas moradias.

Os técnicos e engenheiros da empresa estiveram no município para conhecer as áreas de construção das casas em março de 2012 e solicitaram inicialmente que 10 famílias derrubassem suas casas para que as obras pudessem ser iniciadas. Dessas 10 famílias, apenas 4 derrubaram suas casas, e as demais optaram por não cumprir com as ordens dos técnicos das empresas. Assim, as quatro primeiras famílias ficaram no aguardo para que as obras pudessem ser iniciadas, porém não foi o que aconteceu.

A Figura 3 apresenta o local das quatro casas inicialmente derrubadas pelas famílias, no

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Bairro Capim Marinho. É possível observar um amontoado de madeiras, resultado da demolição das casas, e um outro terreno limpo e já preparado pelo morador para que a nova casa fosse construída. Nota-se também que as casas estão basicamente localizadas umas próximas das outras.

A empresa contratada para a execução das obras chama-se WR LTDA-EPP e a sua sede está localizada na cidade de Belém, PA. Essa empresa já executou outras obras do programa MCMV em outras cidades do Estado do Pará. As famílias aguardaram a construtora para executar as obras, mas isso não aconteceu. De acordo com os moradores, a construtora enviou inicialmente para o município três técnicos que ficaram responsáveis por analisar o local das obras e também com a responsabilidade de explicar para as famílias contempladas todo o cronograma das obras. De acordo com os moradores esses técnicos estiveram no município, uma única vez e não retornaram mais, abandonando o contrato firmado e deixando essas quatro famílias sem amparo legal e sem moradia.

Figura 3 - Localização das casas demolidas – Afuá, Pa.



Fonte: Elaborado pelos Autores (2019), a partir de dados do IBGE (2020) e dados de campo.

Segundo as famílias contempladas, as obras começariam em março de 2014, e a entrega das novas casas aconteceria de maneira fracionada. A construtora WR LTDA-EPP comprometeu-se em entregar 10 unidades habitacionais a cada trinta dias. Para que isso fosse possível, cada família

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

teria que providenciar a derrubada imediata de suas casas e deixar o terreno preparado para a construção das novas moradias. A construtora estabeleceu um prazo de seis meses para conseguir construir as cinquenta unidades habitacionais para o município.

Na figura 4, é possível observar os terrenos de três famílias que foram contempladas pelo programa MCMV e que derrubaram as suas casas, na expectativa de que a empresa WR LTDA-EPP pudesse construir uma nova moradia no local. As famílias contempladas pelas casas do programa relataram que os técnicos emitiram ordem para que as casas fossem derrubadas o mais rápido possível, para que as obras pudessem ser iniciadas. Os demais contemplados sentiram-se animados ao observar a demolição das casas, pois enfim, acreditaram que as obras teriam início. Mas, a situação mudou e foi ficando tensa, na medida em que o tempo foi passando e o processo de construção das casas não acontecia.

Figura 4 - Mosaico de fotografias das casas derrubadas no bairro Capim Marinho.



Fonte: Acervo dos Autores (2019).

De acordo com a Secretaria de Assistência Social do Município de Afuá, inúmeras tentativas e formas de contato foram realizados para contatar a empresa, porém nenhuma delas teve sucesso. A Secretaria de Assistência Social de Afuá e seus responsáveis informaram que levaram o caso até a COHAB do Estado do Pará, com objetivo de reverter a situação. Um documento formal e protocolado foi entregue aos responsáveis na COHAB, relatando a condição das famílias e solicitando ajuda ao órgão, com o intuito de ajudar essas famílias, mas o esforço não obteve êxito.

O tempo passou e a COHAB do Estado informou que não poderia fazer nada pelas famílias prejudicadas, alegando que essa situação se tratava de um problema exclusivo entre a Construtora,

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Recomendaram que deveriam procurar o Ministério das Cidades, para que algo pudesse ser feito, assim relatou o responsável pela Secretaria de Assistência Social do Município de Afuá.

5. O PESADELO NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES CONTEMPLADOS

Alcançar a casa própria é colocado como sonhos e metas por muitas pessoas, a luta diária e o cansaço do trabalho são compensados pelo fato de que em um futuro breve tudo valerá a pena. Possuir uma casa, mesmo que simples, para a maior parte da população é reflexo de vitória, de luta e de muitas horas de trabalho árduo, que no final sempre vale a todo sacrifício realizado. Além dos valores financeiros investidos na sua compra, a conquista da casa própria envolve outros sentimentos, entre os quais a sensação de dever cumprido, por alcançar um bem que permeia o sonho de inúmeras pessoas. Na Amazônia, o maior problema enfrentado pela questão habitacional, e que tem se agravado, está relacionado à decorrência dos altos índices de pobreza de sua população, que não encontra condições efetivas de trabalho que lhes garanta renda, bem como pelo escasso conhecimento que o Governo Federal tem sobre a realidade desses municípios (SANTANA ET AL., 2012). A situação observada em Afuá não foge a essa regra.

Na figura 5, observa-se um terreno de propriedade de um dos contemplados que concordou em derrubar a antiga casa para a construção da nova moradia. Durante o processo de entrevista, os moradores dessa casa, informaram que as madeiras ainda dispersas pelo terreno, era o vestígio da demolição da antiga casa. O amontoado de madeiras apresentado na figura trata-se de novas madeiras para a edificação de uma casa pela família. Por enquanto os membros dessa família ocupam essa pequena casa, improvisada às pressas e com a ajuda de parentes e amigos.

Essa família (F01) relatou que as madeiras foram compradas aos poucos, pois não possuíam recursos financeiros o suficiente para construir de imediato uma nova casa. Como alternativa, toda a família teve que ocupar uma pequena casa nos fundos do terreno, improvisada às pressas, caso o contrário, teriam que buscar abrigo na casa de parentes e amigos. Os relatos mostram esse desalento:

A Secretaria de Infraestrutura forneceu as madeiras, e com a ajuda dos vizinhos conseguimos levantar a casa...se não estaríamos aí jogados na rua (F01).

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. *A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.*

Figura 5 - Madeiras a ser utilizadas na construção de uma nova moradia.



Fonte: Acervo dos Autores (2019).

A segunda família entrevistada (F02) afirmou que a derrubada da sua moradia aconteceu assim que os técnicos, da Empresa WR LTDA-EPP, emitiram a ordem de derrubada da casa. A família apressou-se para que o terreno estivesse limpo o mais rápido possível para que as obras fossem iniciadas. Assim que a casa foi derrubada, essa família passou a viver em uma moradia alugada e o pagamento da casa foi realizado com recursos próprios. Não houve ajuda por parte do poder público tampouco por parte da construtora. O valor do aluguel era de R\$ 300,00 (trezentos reais), e o imóvel estava localizado no mesmo bairro em que a família já residia, o Capim Marinho.

Na figura 6, é possível observar a casa construída com a ajuda de parentes e amigos. Nota-se que a casa foi construída às pressas. Não foi dado o acabamento na parte frontal da casa e o banheiro utilizado pela família foi improvisado nos fundos do terreno.

A responsável por essa família informa ser solteira e mãe de quatro filhos. Além das obrigações com as despesas e com os filhos, essa senhora relatou que cuida dos pais que são pessoas idosas, com mais de cem anos:

São dependentes dos cuidados dos demais adultos da casa, não conseguem se alimentar sozinhos, só conseguem andar um pouco com a ajuda dos netos e bisnetos. Na hora da refeição, temos que fazer um esforço de todo mundo para poder alimentar eles e dar o mínimo para os dois (F02).

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. *A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.*

Figura 6 – A Casa de um contemplado, reconstruída.



Fonte: Acervo dos Autores (2019).

Diante dessa situação, a entrevistada relatou que está passando por uma situação de extrema dificuldade, pois precisa trabalhar para arcar com os gastos domiciliares, e afirma estar há quatro anos lutando, na justiça, para que a Empresa WR LTDA-EPP assuma a sua responsabilidade e todos os danos causados para a sua família. A entrevistada relatou também que tem o apoio jurídico da Defensoria Pública do Município de Afuá:

Eu vou todas as semanas até a Secretaria de Assistência Social, na esperança de obter esclarecimentos sobre o processo, mas eu estou quase convencida de que nada irá acontecer.
Já perdemos as esperanças faz tempo.....desistimos, nada acontece (F02).

A terceira família entrevistada (F03) informou que derrubou a antiga casa assim que a Empresa WR LTDA-EPP solicitou, e desde o mês de julho de 2013, passou a pagar aluguel. Os entrevistados relataram que moravam em uma casa simples, composta por um quarto, uma sala, cozinha e um banheiro construído ao lado de fora. Afirmam também que a situação tem sido muito difícil para a família toda, pois todos criaram grande expectativa ao serem comunicados que seriam contemplados por uma casa nova via MCMV. Na figura 7 é possível observar a madeira dispersa pelo terreno, resultado da demolição da casa. Ao fundo, nota-se uma pequena casa construída no improvisado pelo chefe dessa família.

Essa família sobrevive vendendo assados na porta da casa, e com o auxílio financeiro do Bolsa Família, que oferece condições de comprar mantimentos para todos.

Chegaram aqui, mandaram a gente derrubar a casa depressa foram embora e nunca mais voltaram (...).
A situação se agravou muito desde que derrubamos a nossa casa e sabemos que não vamos ter a casa prometida, só nos resta seguir a vida (F03).

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Segundo os entrevistados dessa família, a compra das madeiras, para improvisar uma nova casa também aconteceu com o auxílio de parentes e vizinhos, que se sensibilizaram com a situação. De acordo com o relato dessa família, nem eles e nenhuma das quatro famílias que derrubaram as suas casas, obtiveram auxílio e respaldo por parte da empresa WR LTDA-EPP, tampouco atenção e cuidados por parte da Prefeitura do Município de Afuá.

Figura 7 – Madeiras retiradas da casa destruída.



Fonte: Acervo dos Autores (2019).

A quarta família, que havia derrubado, a casa mudou-se de Afuá para a cidade de Macapá. Segundo os demais moradores entrevistados, a família não tinha parentes na cidade, e sua condição financeira agravou-se, não restando alternativa, a não ser a mudança. Os entrevistados afirmaram que essa família vivia em condições precárias, e que para sobreviver eles contavam com a ajuda de instituições religiosas e com os vizinhos mais próximos. Assim, não tendo condições de construir uma nova casa, todos foram embora para Macapá, do contrário estariam morando na rua, conforme informaram os entrevistados.

Entende-se que um aspecto a se destacar nos municípios estudados pela presente pesquisa está relacionado ao fato de as prefeituras não possuírem, na sua estrutura administrativa, um setor específico para tratar de problemas do setor da habitação, ficando, desta forma, outras secretarias responsáveis pela execução das atividades voltadas para a política de promoção habitacional.

Quando se trata de pequenas cidades na Amazônia, o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano são um desafio árduo, uma vez que há pouco envolvimento políticos dos

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

sujeitos locais na formulação e implementação de políticas e programas sociais, além da baixa influência desses municípios no âmbito das políticas nacionais que são pouco atrativos no que se refere à reprodução do capital (SAKATAUSKAS, 2015, p.169).

Segundo Ribeiro (2014), ao formular políticas públicas Políticas habitacionais para os municípios amazônicos, o Governo Federal deveria levar em consideração o fator custo. Caberia considerar, por exemplo, que os materiais de construção utilizados nas obras são de outras cidades e são transportados pelos rios. A mão de obra especializada vem de outras cidades, e os custos praticados em outras regiões não são os mesmos praticados na Amazônia. Há de se ressaltar que essas localidades não dispõem de recursos próprios para promover políticas voltadas para o setor habitacional. Os recursos investidos em habitação nessas pequenas cidades deram-se a partir do MCMV, desde 2009, quando o programa foi criado.

Para Sakatauskas (2015), os municípios brasileiros sempre foram tratados pelas políticas federais de modo homogêneo, nunca houve cuidado por parte do governo federal sobre essa questão, ainda que se saiba que cada região apresenta sua particularidade. O Governo Federal brasileiro não se atenta a essas questões e as políticas em geral são aprovadas desconsiderando-se a realidade e necessidades de cada região, além de serem políticas inflexíveis.

Nos relatos dos moradores, que perderam suas casas, observamos o desalento e um conformismo com a situação, em relação ao poder público. Ao mesmo tempo, percebe-se que a solidariedade da comunidade tem se mostrado como esperança para essa população. Maricato (1997) comenta que na periferia existe a palavra solidariedade, e que ela é diariamente colocada em prática pelos moradores ao criar mutirões de ajuda para a construção de casa para os novos moradores e para aquelas famílias que perderam suas moradias por incêndio, enchentes ou outro qualquer tipo de tragédia. A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. Montoia e Costa (2020) também discutem esse acontecer solidário, muito usual nessas pequenas cidades do Delta do Amazonas, que funciona como um sopro de esperança. Foi o que observamos nessa pesquisa.

O contato direto dos moradores locais, ao ajudar na construção de uma moradia, reflete o sentimento de união, de sentir que necessita ajudar o próximo, pois sabe que um dia foi ajudado, ou poderá necessitar, num outro dia, de ajuda do próximo.

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

6. AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO LOCAL

Toda documentação relacionada ao PMCMV para Afuá encontra-se disponível na Secretaria de Assistência Social do município. As ações investigativas que tinham como objetivo, identificar como aconteceu o processo de cadastramento dos interessados nas casas do programa, seleção e escolha dos contempladas, só foram possíveis devido à flexibilidade do órgão municipal.

Os assuntos e trâmites legais relacionados a não realização das obras, assim como as ações promovidas na justiça pelas famílias, só foram possíveis de se compreender por meio das informações fornecidas pelo Secretário e seus relatos. Através das ações da Secretaria de Assistência Social, a empresa responsável pela construção das casas foi contatada, porém em nenhuma ocasião se posicionou. Foram realizadas tentativas de contato por meio de ligações telefônicas e e-mails, porém todas sem sucesso. Objetivando obter apoio e ajuda da COHAB- PA, uma comitiva formada por funcionários da Prefeitura Local foram até a cidade de Belém. Ao chegar até o local, os funcionários explicaram toda a situação do programa para o município e a condição de abandono do projeto de construção das casas promovido pela construtora responsável

Foi relatado ao presidente da COHAB todo o processo efetuado pelo município de Afuá para a construção das casas pelo MCMV, e posteriormente o quadro de abandono do contrato firmado pela empresa WR LTDA-EPP. Houve, por parte do Presidente da COHAB, uma sensibilização com o caso, se comprometendo, durante a reunião, notificar, por meio de documentação formal, todo o processo para o Ministério das Cidades, para que, assim, o órgão pudesse ter ciência da situação, intervir na situação e encontrar uma solução imediata para o problema.

O secretário responsável pela Secretaria de Assistência Social do município de Afuá (S.A.S.A) afirmou durante entrevista, que a Prefeitura está respondendo no Ministério Público, desde 2013, a processos e denúncias realizadas por três moradores contemplados pelas casas do programa. Porém, a situação continua a mesma, pois, de acordo com o secretário, a Prefeitura não pode fazer nada nessa situação, porque o programa não é executado pela gestão local.

A Prefeitura assumiu parcialmente a responsabilidade de atender às necessidades imediatas das famílias que derrubaram suas casas, doando madeira e outros materiais para a construção de casas improvisadas, do contrário nada mais, assim relatou o Secretário.

Uma das causas que pode ter sido decisiva no abandono das obras pela empresa WR LTDA-EPP segundo o Secretário, seriam os gastos extras que ela teria para construir cada casa,

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

pois Afuá possui uma geografia particular. A cidade se assentou em uma área de várzea e as casas são construídas sobre estivas. Uma das hipóteses do Secretário para a decisão da empresa, sobre demolição das casas, seria a de que a empresa WR LTDA-EPP não tinha ciência dessa situação, e ao se deparar com a condição do local, teria abandonado o contrato por conta dos valores adicionais para a construção das casas. Sabe-se que, com a elevação das marés, as águas dos rios chegam a atingir a porta de entrada das casas, uma particularidade sazonal de algumas cidades da Amazônia, que não foi considerada durante o planejamento e elaboração do contrato de construção das casas.

Um Secretário de Afuá apresentou um projeto alternativo para a construção das casas. Basicamente, as casas seriam construídas utilizando madeiras e alvenaria (misto). No entanto, ainda segundo relato do Secretário, a proposta foi rejeitada pelo Ministério das Cidades. A resposta emitida pelo Ministério das Cidades, foi que o órgão não contempla projetos mistos na modalidade Oferta Pública de Recursos.

Cidades, como Afuá, são cercadas por rios e construídas se adaptando à natureza local. Ao se construir uma moradia, é preciso atentar-se ao ritmo das águas. O material de construção, “a madeira”, pode ser encontrada do outro lado da margem do rio. O mantimento que preenche os armários pode ser encontrado nos rios e a floresta apresenta-se como um pomar ao qual todos podem recorrer, a qualquer momento, quando houver necessidade de comida. Uma grande disponibilidade de recursos naturais, portanto, os cercam a todo instante (RIBEIRO,2014, p.98).

Há de se ter uma flexibilidade por parte da política nacional, para que os projetos de construção de moradias populares possam ser adaptados às condições de cada municipalidade (RIBEIRO, 2014, p.133). Ressalta-se que não se identificou menções na cartilha do programa MCMV para a aprovação de projetos de construção de moradias populares para população de baixa renda, em municípios com uma geografia similar a Afuá. O documento elaborado desconsiderou a particularidades geográfica desse município estuarino, situação que o isenta da macropolítica nacional do governo federal.

No que se refere à condição das famílias contempladas pelo MCMV, a situação permanece a mesma, as famílias contempladas e aquelas que derrubaram as suas casas continuam a morar no Bairro Capim Marinho, e desesperançadas no que se refere à obtenção das casas do programa.

Ao longo dessa pesquisa, entre 2017 e 2019, foi possível reencontrar e dialogar novamente com essas famílias, que disseram que nada havia sido feito a seu favor e que a situação não tinha avançado em nada. Essas famílias tiveram que improvisar novas casas e, para que isso fosse

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

possível, tiveram que contar com a generosidade de amigos e de parentes que somaram esforços para que pudessem construir uma nova casa, do contrário estariam morando até hoje nas ruas. Ou seja, nenhum avanço ocorreu nesse caso, e as famílias contempladas pelas casas do programa, que um dia pensaram que o sonho da casa própria estava perto, depararam-se na verdade com um grande pesadelo, que dificilmente será esquecido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso de Afuá, os moradores contemplados pelas casas do programa, que não receberam duas casas, tiveram sua situação de segregação socioespacial acirrada. Aquelas famílias, que se comprometeram em derrubar as suas casas para que uma nova moradia fosse edificada, esperam por uma solução para seus problemas. Enquanto isso não acontece, a solidariedade da família, dos vizinhos e de instituições ameniza o sofrimento.

Com relação a empresa contratada para a execução das obras, nada foi feito, pois nenhum contato foi realizado com a Prefeitura local e com o Ministério Público de Afuá. Ao consultar o registro das empresas contratadas pelo Ministério das Cidades, é possível observar, em seu sítio eletrônico, que essa mesma empresa executa obras do programa MCMV em outras municipalidades do Estado do Pará. Ou seja, ela continua atuando no programa, e executando obras do PMCMV em outras cidades.

As obras em cidades como Afuá tornaram-se, para as construtoras, projetos com baixa margem de lucros. Para tornar o programa mais rentável para as construtoras, no ano de 2015, foi submetido o projeto (PL 3093/2015), denominado “custo amazônico” que leva em consideração as dificuldades de deslocamento, transportes comunicação e logística até as áreas ribeirinhas. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas encontra-se paralisado, aguardando votação no Poder Legislativo.

As políticas federais de habitação de interesse social que pretendem amenizar poderiam amortizar ou eliminar os problemas proporcionados pela falta de moradia, têm aprofundado o processo de segregação das famílias contempladas. Os investimentos habitacionais, que poderiam amenizar a profunda desigualdade social que existe no Brasil, têm corroborado para aprofundar essas diferenças, permitindo a reprodução das históricas desigualdades sociais existentes, a tempos no país.

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.

Para o município de Afuá, o programa promoveu uma verdadeira segregação socioespacial na área urbana, pois as quatro famílias que foram orientadas a derrubar as suas moradias perderam suas identidades familiares. Ressalta-se que situações como essas são invisíveis às outras instâncias do poder público, inclusive ao noticiário regional, que não publicou nenhuma matéria sobre o ocorrido.

Acredita-se que as políticas habitacionais promovidas pelo programa MCMV na cidade de Afuá não ofereceu condições plenas para se afirmar que ele foi capaz de auxiliar na promoção do direito à cidade. Essa política habitacional federal favoreceu a reprodução de espaços de segregação socioespacial e vulnerabilidade.

Ainda que o Estado possua mecanismos legais capazes de poder intervir com maior propriedade no que se refere a produção do espaço urbano das cidades, assiste à produção de um espaço urbano marcado pela segregação e exclusão dos mais vulneráveis. Assim, entende-se que enquanto a moradia for considerada mercadoria perante os olhos do Estado, a segregação e a negação do direito à cidade, continuarão a se reproduzir nos espaços das cidades brasileiras.

8. REFERÊNCIAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.) **Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2015.

ARANTES, P. F. & FIX, M. Como o Governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida. **Correio da Cidadania**, 30 julho de 2009. Disponível em: <<https://www.correiodacidade.com.br/especiais/66-pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

BONDUKI, N. G. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, 22(82):8-14. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp>. Acesso em: 165 de agosto de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: BRASIL. FJP; Centro de Estatística e Informações. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo online 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

Edição Especial RGeomae – SINAPEQ
V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades - 2020
“A diversidade das pequenas cidades brasileiras”

RANGEL, J. A.; COSTA, S. M. F. da. *A ilusão do programa minha casa minha vida na pequena cidade de Afuá, no Delta do rio Amazonas - do sonho ao pesadelo. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.208-226, 2021.*

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados.**

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/afua.html>>. Acesso em 17 de março de 2021.

LIMA, Z. B. **A Questão da Habitação.** In: **Semana de Geografia da UESB.** 10., **Anais**, Vitória da Conquista: UESB, 2011.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes. 2009.

MARICATO, E. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual. 1997.

MONTOIA, G. R. M.; COSTA, S. M.F. “A simples necessidade de continuar existindo”: o acontecer solidário e os desafios das políticas públicas nas pequenas cidades da Amazônia. **Geosul**, 35 (75), p. 598-622, mai./ago. 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Investimentos do Ministério das Cidades.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes.../06.../view>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). **Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará: Afuá.** Disponível em:

<[https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/afua\(5\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/afua(5).pdf)>. Acesso em: 17 de março de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em:

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

RIBEIRO, R. **A política de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia, Pará.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RUFINO, M. B. C.; KLINTOWITZ, D. C.; MENEGON, N. M.; UEMURA, M. M.; FERREIRA, A. C.; FRIGNANI, C.; BARRETO, F. A produção do Programa MCMV na baixada santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário? In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha Casa, Minha Vida...E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 6 estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTANA, J. V. E. Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade. In: SANTANA, J.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UEPA, 2012.

SAKATAUSKAS, G. L. B. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses: análise a partir dos planos locais de habitação de interesse social.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Belém. 2015.